

ENVELHECIMENTO POPULACIONAL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**Kátia Michele Maroski Scherer², Samir Antonio França³, Sérgio Luís Allebrandt⁴,
Airton Adelar Mueller⁵**

¹ Trabalho da disciplina de Dinâmicas Socioculturais do Desenvolvimento do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIJUI

² Mestranda em Desenvolvimento Regional pela UNIJUI – Bolsista CAPES – Bacharel em Direito pela UNIJUI. E-mail: katia.maroski@sou.unijui.edu.br.

³ Mestrando em Desenvolvimento Regional pela UNIJUI – Bolsista CAPES, Especialização em Direito e Processo do Trabalho; Bacharel em Direito pela UNIJUI. E-mail: samir.franca@sou.unijui.edu.br.

⁴ Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul; Mestre em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas; Especialização em Contabilidade; Graduado em Ciências pela Faculdade de Ciências e Letras; Bacharel em Contabilidade pela UNIJUI. E-mail: allebr@unijui.edu.br.

⁵ Doutor em Sociologia pela Freie Universität Berlin; Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz; Graduado em Estudos Sociais/História pela Universidade de Santa Cruz. E-mail: airton.mueller@unijui.edu.br.

RESUMO

O envelhecimento representa os efeitos da passagem do tempo ao longo da vida. O envelhecimento é um processo natural que traz mudanças físicas, psicológicas e sociais. O processo de envelhecimento ocorre durante a vida, afeta todos os organismos, é considerado de forma incremental e resulta em diversas mudanças no padrão fisiológico do indivíduo, envolvendo fatores sociais, culturais, biológicos e psicológicos. O envelhecimento requer atenção especial e deve ser discutido como um processo natural. Portanto, é necessário focar na promoção de processos de acessibilidade e inclusão social. O objetivo desse artigo foi revisar a literatura a respeito do envelhecimento populacional. É preciso deslocar a atenção e a sensibilidade para o cuidado desses idosos, que não são apenas afetados pelas condições criadas pelo próprio processo de envelhecimento, mas também pelos constrangimentos da presença dos espaços urbanos. Essa mudança demonstra a realidade de que são necessárias medidas protetivas e ações efetivas em todas as esferas da sociedade para o reconhecimento dos direitos das pessoas idosas.

Palavras-chave: Envelhecimento. Envelhecimento populacional. Idosos.

ABSTRACT

Aging represents the effects of the passage of time throughout life. Aging is a natural process that brings physical, psychological and social changes. The aging process occurs during life, affects all organisms, is considered incrementally and results in several changes in the individual's physiological pattern, involving social, cultural, biological and psychological factors. Aging requires special attention and should be discussed as a natural process. Therefore, it is necessary to focus on promoting accessibility and social inclusion processes. The aim of this article was to review the literature on population aging. It is necessary to shift attention and sensitivity to the care of these elderly people, who are not only affected by the conditions created by the aging process itself, but also by the constraints of the presence of urban spaces.



This change demonstrates the reality that protective measures and effective actions are needed in all spheres of society for the recognition of the rights of the elderly.

Keywords: Aging. Population-ageing. Seniors.

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento representa os efeitos da passagem do tempo ao longo da vida. O envelhecimento é um processo natural que traz mudanças físicas, psicológicas e sociais. O envelhecimento é acompanhado por limitações funcionais e requer cuidados variados em graus complexos, exigindo prática de profissionais qualificados para garantir uma melhor qualidade de vida aos idosos. No entanto, o conceito de velhice está em constante mudança e depende de diferentes perspectivas. De acordo com as estatísticas da Organização Mundial da Saúde (OMS) (2002), os idosos referem-se a indivíduos com 65 anos ou mais em países desenvolvidos, e indivíduos com 60 anos ou mais em países em desenvolvimento, como o Brasil. (Regulamento Sênior, 2003).

O envelhecimento é um processo natural do ser humano, afetando tanto países desenvolvidos como em desenvolvimento, como o Brasil (SANTOS et al., 2017). Isso acontece individualmente e em um ritmo diferente e diferente em relação à idade cronológica de cada pessoa. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), os países desenvolvidos consideram os idosos com 65 anos ou mais, enquanto os países em desenvolvimento consideram os idosos com 60 anos ou mais (BARDON et al. 2017).

A população idosa está crescendo e a população está envelhecendo lentamente à medida que a taxa de natalidade diminui. Segundo estimativas elaboradas e divulgadas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), espera-se que o número de idosos aumente. Em 2050, haverá 73 idosos para cada 100 crianças no Brasil. O estudo também revelou que até 2050, a população do Brasil chegará a aproximadamente 215 milhões (FREITAS, 2022).

O processo de envelhecimento ocorre durante a vida, afeta todos os organismos, é considerado de forma incremental e resulta em diversas mudanças no padrão fisiológico do indivíduo, envolvendo fatores sociais, culturais, biológicos e psicológicos. O conceito de envelhecimento é entendido como as muitas mudanças biopsicossociais que traduzem aspectos

comuns em indivíduos saudáveis, levando-os a gerar novas ideias para o enfrentamento da vida (CUNHA et al., 2019).

O envelhecimento requer atenção especial e deve ser discutido como um processo natural. Portanto, é necessário focar na promoção de processos de acessibilidade e inclusão social. Um dos principais desafios a serem considerados na relação do idoso com o meio urbano é a forma de ocupação e uso desses espaços nas cidades brasileiras. No contexto atual, no entanto, há preocupações em impactar iniciativas que transformem a vida dos idosos em formas mais plenas e diferenciadas de interação nos espaços públicos, reduzindo a vulnerabilidade, a autonomia e acabando com a desigualdade por meio da acessibilidade (SCHÖRN, 2020).

O objetivo desse artigo foi revisar a literatura a respeito do envelhecimento populacional.

2. METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo é o método bibliográfico, que se refere à pesquisa sistemática baseada em materiais publicados em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, ou seja, materiais acessíveis ao público. Após selecionar um tema, definir um levantamento bibliográfico preliminar e fazer perguntas, foi elaborado um projeto provisório sobre o tema. O objetivo principal da fase exploratória é analisar o problema, tendo como principal forma a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa científica existe em todos os campos da ciência, e na educação encontramos algumas publicadas ou em andamento. É o processo investigativo de resolver, responder ou investigar questões no estudo de fenômenos. Bastos e Keller (1995, p. 53) definem: "Pesquisa científica é a investigação sistemática de um assunto, destinada a elucidar vários aspectos do estudo".

Para Gil (2002, p. 17) "A pesquisa é necessária quando não há informações suficientes para responder à pergunta, ou quando as informações disponíveis são muito confusas para serem adequadamente relevantes à pergunta".

A pesquisa científica se apresenta de diversas formas, uma delas é a pesquisa bibliográfica que será discutida neste artigo, revelando todos os passos que devem ser seguidos para alcançá-la. Esse tipo de pesquisa foi idealizado por diversos autores, entre eles Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2002).

A pesquisa bibliográfica está inserida primordialmente em um ambiente acadêmico e visa aprimorar e atualizar o conhecimento por meio da investigação científica de trabalhos publicados.

Essa estratégia hipotética é o ponto de partida para um projeto de pesquisa e, à medida que a leitura avança e o consequente amadurecimento do entendimento e dos requisitos da pesquisa, contornos claros vão emergir das mudanças absorvidas.

Além dos livros de leitura atual, a pesquisa será realizada em recursos que enfatizem outras fontes de interesse para a pesquisa bibliográfica: referências, artigos e teses, periódicos científicos e indexação de periódicos e resumos. Esses recursos serão utilizados para pesquisa e incluídos na bibliografia.

A leitura de partes do material bibliográfico terá como objetivo a verificação de trabalhos de interesse. A partir desse momento, faremos uma leitura analítica do texto selecionado, identificaremos as ideias-chave, categorizá-las-emos e sintetizaremos.

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 24), o método é considerado um método para um fim. No passado, muitos pensadores defenderam que só há uma forma de atender a todos os campos do conhecimento. Eles defendem "uma abordagem de tamanho único". No entanto, cientistas e filósofos da ciência defendem muitas outras abordagens. Esses métodos devem ser utilizados de acordo com o que está sendo estudado e o tipo de proposição. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 84), porém, é o conceito moderno de método que importa. Para tanto, o autor "pensa, como Bunge, que o método científico é a teoria da investigação".

A pesquisa científica se apresenta de diversas formas, uma delas é a pesquisa bibliográfica que será discutida neste artigo, revelando todos os passos que devem ser seguidos para alcançá-la. Esse tipo de pesquisa foi idealizado por diversos autores, entre eles Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2002).

A pesquisa bibliográfica está inserida primordialmente em um ambiente acadêmico e visa aprimorar e atualizar o conhecimento por meio da investigação científica de trabalhos publicados.

Essa estratégia hipotética é o ponto de partida para um projeto de pesquisa e, à medida que a leitura avança e o consequente amadurecimento do entendimento e dos requisitos da pesquisa, contornos claros vão emergir das mudanças absorvidas.

Além dos livros de leitura atual, a pesquisa será realizada em recursos que enfatizem outras fontes de interesse para a pesquisa bibliográfica: referências, artigos e teses, periódicos científicos e indexação de periódicos e resumos. Esses recursos serão utilizados para pesquisa e incluídos na bibliografia.

A leitura de partes do material bibliográfico terá como objetivo a verificação de trabalhos de interesse. A partir desse momento, faremos uma leitura analítica do texto selecionado, identificaremos as ideias-chave, categorizá-las-emos e sintetizaremos.

Por fim, de forma mais sofisticada, as leituras serão interpretadas, inter-relacionadas e pesquisadas sobre o problema a ser resolvido, solidificando raciocínios e argumentos baseados em elementos bem definidos. Assim, uma abordagem da pesquisa bibliográfica por meio da leitura de materiais selecionados partirá da organização lógica do assunto, garantindo uma abordagem progressiva e equilibrada da redação do texto, para depois passar para o formato mais consolidado para uma análise aprofundada do texto, algumas mudanças de paradigma, e o mais importante é que mais conhecimento é inerente ao assunto.

A pesquisa qualitativa discute as descobertas por meio de análises e insights. Em primeiro lugar, deve-se descrever o problema, geralmente há explicações mais subjetivas, como: sentimentos, pensamentos, opiniões, sentimentos, visões. Nesse processo de pesquisa acadêmica, os números não são buscados para constituir resultados válidos, mas sim uma compreensão das trajetórias que causam problemas no trabalho.

É por isso que se baseia no que chamamos de profundidade de dados imensurável. Isso ocorre porque os resultados da pesquisa qualitativa se concentram nas opiniões dos entrevistados.

Para Deslauriers e Kérisit (2008), na pesquisa qualitativa os alunos são tanto o sujeito quanto o alvo de sua pesquisa. Isso porque o conhecimento tem que ser parcial e limitado porque a pesquisa é imprevisível. Portanto, os resultados devem ser capazes de gerar novas informações.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

O processo de envelhecimento é inevitável, mas isso não significa que os indivíduos se tornem deficientes, mas, principalmente, tenham dificuldades de mobilidade, pois seu caráter e ações são diferentes de antes e, portanto, suas habilidades diminuem gradualmente. No

entanto, é necessário continuar a proporcionar-lhes autonomia para a realização das atividades anteriormente desenvolvidas, tendo em conta a vulnerabilidade social em que se encontram. Portanto, este grupo social tem fraquezas óbvias. (SCHÖRN, 2020).

O processo de envelhecer é natural e diferencia-se como uma fase da vida que ocorrem mudanças físicas, psicológicas e sociais, alcançando cada ser humano de modo individual. (TORRES, et.al. 2018).

Com o crescimento da população de idosos, que, de acordo com o IBGE estima-se que nos próximos vinte anos a população de idosos poderá conseguir ou superar trinta milhões de pessoas, o que importará quase 13% da população (BRASIL, 2018).

À medida que essa faixa etária aumenta significativamente, tornam-se atores sociais, participando cada vez mais dos mais diversos segmentos da sociedade. Também neste contexto, é crescente a necessidade de desenvolver estratégias de cuidado específicas e instrumentos de ação para este grupo muitas vezes excluído socialmente (MONTEIRO, 2017).

Como observa Neri, 2018 diante do crescimento da população idosa no Brasil, e o consequente surgimento de suas necessidades em diversos campos, foram criados instrumentos jurídicos de proteção aos idosos para garantir a igualdade e a igualdade de direitos.

Assim, a Lei do Idoso busca ampliar os direitos dos cidadãos com 60 anos ou mais, constituindo-se um instrumento. Além de fortalecer as diretrizes contidas na Política Nacional do Idoso (PNI), consolida e reafirma dispositivos da Constituição Federal que protegem os direitos dos idosos e prevê penalidades para casos de negligência.

A análise do envelhecimento tornou-se uma questão social relevante não apenas pelo número crescente de idosos em nossa sociedade⁵, mas principalmente por esses e outros grupos vulneráveis, como pessoas com deficiência, crianças e adolescentes etc. Solidariedade com suas sociedades Grupos se mobilizaram exigir o reconhecimento dos direitos fundamentais (BRAGA, 2017).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 inaugurou uma nova face do Estado brasileiro, pois não apenas o democratizou, mas também destacou sua natureza inerentemente social ao alicerçá-lo em valores como dignidade humana e característica de cidadania, que vão irradiar em todas as ordens. A tarefa fundamental deste novo modelo de Estado é superar as desigualdades, não apenas as desigualdades econômicas e sociais, mas as desigualdades criadas por raça, cor, gênero, condição física e idade. (LEITE, 2017).

O Brasil se organizou para tentar atender às crescentes demandas do envelhecimento da população e se preparar não apenas para enfrentar os problemas de saúde, mas também o bem-estar dos idosos. No entanto, grupos estão surgindo rapidamente no cenário em que ainda falta ação efetiva nessa faixa etária (MONTEIRO, 2017).

A Política Nacional da Terceira Idade e o Regulamento da Terceira Idade incentivam o desenvolvimento de programas educativos para a terceira idade, o acesso à informação, a inclusão digital e, sobretudo, o apoio às universidades abertas à terceira idade nas instituições públicas de ensino superior e nas instituições privadas (MONTEIRO, 2017).

3.1 INCLUSÃO PARA IDOSOS

A inclusão social é um tema bastante amplo e complexo. Está relacionado às questões previdenciárias e ao status social ocupado por nossa população. Vale ressaltar que vivemos em uma sociedade onde os direitos sociais são vistos como um favor, uma tutela, um benefício, e não um privilégio para construir uma vida social digna e de qualidade. Mesmo que previsto em lei, nem sempre as orientações dadas pelos encarregados da tutela dos direitos são direcionadas à sua validade. O caminho para a inclusão social corre paralelamente às discussões sobre direito e proteção social (GOMES, 2010).

A proteção social é entendida como um conjunto de ações que visam prevenir riscos, reduzir os danos que podem ser causados à vida das pessoas e, consequentemente, à vida da sociedade. A exclusão social ocorre quando um grupo ou parte da sociedade é de alguma forma excluído de seus direitos, ou negado o acesso por falta de informação, estar fora do mercado de trabalho, etc. Portanto, inclusão significa fazer parte, sentir-se pertencente, ser compreendido em sua vida e condição humana. Sentir um sentimento de pertencimento como pessoa, única e coletiva (DE ARAÚJO, 2018).

Os idosos também são vistos como mal necessários, que cumpriram suas funções sociais: trabalharam, cuidaram da família, contribuíram para a educação dos filhos, deixando-os esperando o fim de suas vidas. Pode-se observar que com os avanços nas pesquisas na área da saúde e no acesso a diversos serviços para a população idosa, a população em geral chega aos 60 anos e tem potencial para viver mais e alcançar uma qualidade de vida do que há 20 anos (MENEZES, 2018).

Nem todos têm igual acesso a esses serviços, refletindo as desigualdades na vida e na saúde dos idosos na sociedade brasileira. A velhice tem muitas facetas e não pode ser analisada isoladamente dos aspectos socioeconômicos e culturais, pois é caracterizada por mudanças fisiológicas e fisiológicas individuais mais do que óbvias. (MENEZES,2018).

Desenvolver estratégias para manter a qualidade de vida e a saúde da população idosa é um dos grandes desafios que os profissionais que atuam na área do envelhecimento enfrentam diariamente. A importância da ação para as populações mais velhas é inquestionável, pois elas têm a oportunidade de ampliar sua esfera cultural, bem como sua vida social e familiar. (TORRES,2018).

A gestão da velhice - por muito tempo considerada específica da esfera privada e familiar, do bem-estar individual ou das associações beneficentes segundo Debert (1999, tornou-se uma questão pública, expressa em legislação especificamente voltada para os idosos, Expressa (e ao mesmo tempo influencia) a emergência de uma nova categoria cultural, os idosos, como grupo autônomo e coerente, impõem outro corte na geografia social, potencializando a prática de modelos específicos de gestão.

Esse é o desafio da sociedade como um todo, e do serviço social em particular: a luta pela implementação de ações que atendam às necessidades dos idosos, como preconizam os direitos garantidos por lei (TORRES,2018).

3.2 OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável estabelece um plano de ação universal que inclui um conjunto de 17 objetivos para apoiar e promover o desenvolvimento sustentável globalmente, promovendo e respeitando os direitos humanos para todos (FERREIRA, 2019).

Embora a Organização das Nações Unidas, por meio de sua organização, veja o envelhecimento populacional como uma das grandes tendências globais do século XXI, a Agenda 2030 não trata especificamente disso. No entanto, dado que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são baseados em uma abordagem baseada em direitos, o desenvolvimento sustentável deve ser inclusivo, especialmente para os idosos, especialmente as mulheres, que estão entre os grupos mais vulneráveis da sociedade. (BANDEIRA, 2014), que reconhece o direito à dignidade ao longo da vida e visa escapar da pobreza, exclusão,

violência e discriminação. A implementação das metas deve, portanto, abordar a exclusão e a vulnerabilidade de muitos idosos, mas evitar vê-los como um todo como um grupo homogêneo, para que os idosos também possam ser vistos como agentes positivos de desenvolvimento social e capazes de produzir mudanças. e Sustentabilidade.

Qualquer que seja a contribuição ou desafio, o envelhecimento tem profundas implicações para diferentes áreas da sociedade, desde os mercados de trabalho até o planejamento urbano e infraestrutura, incluindo sistemas de saúde e cuidados e estruturas familiares (OMS, 2007). A implementação bem-sucedida dos ODS não pode ignorar as mudanças econômicas e sociais associadas ao envelhecimento e ao crescimento das populações mais velhas, pelo que é crucial assegurar que estes, mantendo a sua tomada de decisão e escolha em todos os aspectos da vida. Embora o envelhecimento não pareça ser um objetivo isolado e raramente seja um objetivo mensurável, o envelhecimento parece estar na base de alguns dos ODS, a saber: erradicação da pobreza (ODS 1), saúde de qualidade (Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3), Igualdade de Gênero (ODS 5), Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8), Redução das Desigualdades (ODS 10) e Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11). (FERREIRA, 2019).

3.3 O PAPEL DOS IDOSOS NOS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A sustentabilidade na perspectiva dos idosos torna-se uma questão social e política, pois o envolvimento desses atores sociais nessa área de discussão trará no local uma participação ativa nas tomadas de decisões envolvendo a comunidade, podendo assim economizar a gestão da vida social dos idosos a partir das margens. Vale reiterar que tais posições não são dadas ou impostas, mas são fruto da vontade dos idosos, pois esse grupo, em geral, quer viver o maior tempo possível, terminar a vida de forma digna, livre de dor e participação na tomada de decisões, envolve a comunidade, prolongando ao máximo a sua conquista e privilégio social de forma adequada, autoritária e respeitosa. (MINAYO, COIMBRA JÚNIOR e CEA, 2002).

O papel do idoso como cidadão está sujeito às Garantias da Constituição Federal, o Estado e a sociedade são obrigados a assegurar a liberdade, o respeito e a dignidade do idoso

como sujeito humano e civil, político e político. Os direitos políticos, pessoais e sociais, estão garantidos na Constituição e na lei (BRASIL, 2003).

A vulnerabilidade biológica dos idosos os torna o grupo social mais interessado nas questões de sustentabilidade ambiental, pois, diferentemente de outras faixas etárias, as mudanças climáticas estão atualmente tendo um impacto que coloca em risco imediato a sobrevivência desse segmento da população. Os idosos são negligenciados no processo de formulação de políticas voltadas para o desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo em que são considerados importantes atores sociais na proteção do meio ambiente (DA CRUZ, 2022).

4. RESULTADOS

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informa que a população idosa no Brasil aumentou significativamente desde 2012. Eram cerca de 25,4 milhões de pessoas na época, ou cerca de 14,6% da população do país, e desde então, segundo a PNAD Contínua, a população idosa aumentou em 4,8 milhões para mais de 30,3 milhões em 2017. Observando esses dados, nota-se que, de acordo com a Lei do Idoso (Lei Federal nº 10), a população idosa representada por pessoas com 65 anos ou mais (recentemente alterada pela Lei nº 5.383/19) aumentou em cinco -período de 18%. 10.741 em 1º de outubro de 2003), segundo dados do IBGE, a tendência desses números é continuar aumentando.

O Ministério da Saúde (2018) afirma que em 2016 o Brasil tinha a quinta maior população idosa do mundo, e até 2030 a população idosa deverá ultrapassar o número total de crianças de 0 a 15 anos. Além disso, novas projeções do IBGE (revisadas em 2018) indicam que a população idosa superará a população jovem até 2031, quando o Índice de Envelhecimento-IE será de 202 idosos para 100 jovens, mantendo um crescimento contínuo neste segmento, pois em 2010, havia 48,1 milhões de jovens de 0 a 14 anos e 20,9 milhões de idosos com 60 anos ou mais, segundo as previsões, a população idosa ultrapassará 70 milhões em 2060.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017) divulga informações sobre o crescimento contínuo da população idosa por meio de um gráfico comparativo entre 1980 e 2017 e projetado para 2060, em que a forma da população idosa mudou significativamente. Pirâmide mostrando 1/3 da população será idosa

O Brasil possui programas de atenção primária ao idoso, como a Política Nacional do Idoso e a Regulamentação do Idoso. No entanto, ainda são insuficientes para estabelecer cuidados de longa duração e atenção integral ao idoso (KUCHEMANN, 2012; Miranda; Mendes; Silva, 2016). Ao longo dos anos, a expectativa de vida nunca foi maior do que é hoje, necessitando de um replanejamento dos espaços urbanos com base em soluções concretas e viáveis através da arquitetura e do design. Segundo o IBGE (2016), a expectativa média de vida dos brasileiros é de 75,7 anos, sendo 72,2 anos para os homens e 79,3 anos para as mulheres.

É preciso compreender que os idosos pertencem a um grupo social que requer cuidados especiais e, portanto, necessitam de um projeto/arquitetura politicamente correta para segurança, conforto e bem-estar (GOURGEL, 2013). Portanto, é imperativo estabelecer cenários que melhorem a qualidade de vida e prolonguem o tempo de vida dessa população.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não há como fugir do processo de envelhecimento, nem das dificuldades e limitações que ele traz. No entanto, devido a uma série de fatores, uma maior longevidade é possível atualmente e deve ser vista como uma conquista social. Dados do IBGE mostram que a população idosa brasileira vem crescendo substancialmente. Estima-se que a expectativa de vida desse grupo seja superior a 100 anos e, em 2060, a população idosa em meu país será superior a 70 milhões. O Ministério da Saúde (2018) também apontou que em 2016 o Brasil tinha a quinta maior população idosa do mundo.

É preciso deslocar a atenção e a sensibilidade para o cuidado desses idosos, que não são apenas afetados pelas condições criadas pelo próprio processo de envelhecimento, mas também pelos constrangimentos da presença dos espaços urbanos. Essa mudança demonstra a realidade de que são necessárias medidas protetivas e ações efetivas em todas as esferas da sociedade para o reconhecimento dos direitos das pessoas idosas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE ARAÚJO, Ludgleydson Fernandes; DE CERQUEIRA CASTRO, Jefferson Luiz; DE OLIVEIRA SANTOS, José Victor. A família e sua relação com o idoso: Um estudo de representações sociais. **Revista Psicologia em Pesquisa**, v. 12, n. 2, 2018.

BARDO, F. J. et al. (2017). Alterações celulares no envelhecimento humano. *Jornal de Investigações Orais - JOI*, 5 (1), 61-65.

BASTOS, C. L.; KELLER, V. **Aprendendo a aprender**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BRAGA, Rogério Piccino; LEITE, Flávia Piva Almeida; BAHIA, Claudio José Amaral. GARANTIAS FUNDAMENTAIS DA PESSOA IDOSA: UMA REVOLUÇÃO POR DIREITOS RUMO À INCLUSÃO. **Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista Eletrônica da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, v. 9, n. 17, p. 431-450, 2017.

BRASIL. 1999. Política Nacional de Saúde do Idoso, aprovada pela portaria nº 1.395, de 9 de dezembro de 1999. Brasília (DF): Diário Oficial de República Federativa do Brasil.

BRASIL. Estatuto do Idoso. Brasília: Senado Federal – Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 out. 2003.

CUNHA, J. S. et al. (2019). Produção Científica sobre Cuidados ao Envelhecimento Saudável do Idoso - Faculdade de Enfermagem São Vicente de Paula, João Pessoa, edição especial, 159 a 176.

DA CRUZ, Tarcísio Carvalho; DA SILVA PEREIRA, Aurea. O papel dos idosos nos desafios do “desenvolvimento sustentável”.2022

DEBERT, Guita. G. A reivenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 1999.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michéle. **O delineamento de pesquisa qualitativa. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**, v. 2, p. 127-53, 2008

ESTATUTO DO IDOSO. Limitação Nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre a situação do idoso e dá outras providências. Brasília: Senado Federal.

FERREIRA, Pedro Moura; BOTELHO AZEVEDO, Alda; MANSO, Luis. O envelhecimento e a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável. **Portugal Social em Mudança. Objectivos de desenvolvimento sustentável**, p. 25-35, 2019.

FREITAS, Eduardo de. "O número de idosos deverá aumentar no Brasil "; **Brasil Escola**.

Gil, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos De Pesquisa**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOMES, Christianne. **Lazer, turismo e inclusão social: intervenção com idosos**. Editora UFMG, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. PNAD. Pesquisa Nacional por amostra de domicílio. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População brasileira envelhece em ritmo acelerado. [S. l.]: Agência IBGE Notícias, 27 nov. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KUCHEMANN, A. B. Envelhecimento populacional cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, p. 165-168, 2012.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**, v. 5, 2003.

LEITE, Flávia Piva Almeida. Cidades acessíveis. São Paulo: SRS, 2017.

MENEZES, José Nilson Rodrigues et al. A visão do idoso sobre o seu processo de envelhecimento. **Revista Contexto & Saúde**, v. 18, n. 35, p. 8-12, 2018.

Minayo MCS, Coimbra Júnior, CEA Entre a Liberdade e a Dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In Minayo MCS, Coimbra Júnior, CEA. Antropologia, Saúde e Envelhecimento. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2002.

MIRANDA, Gabriela M. D.; MENDES, A. C. G.; SILVA, A. L. A. Envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. Rev. Bras. Geriatr. Gerontol, Rio de Janeiro, v. 19, 2016.

MONTEIRO, Ana Clésia Lisboa et al. Envelhecimento populacional: efetivação dos direitos na terceira idade. **Pubvet**, v. 12, p. 150, 2017.

Neri, A. L. 2018. Palavras chave em gerontologia. Editora Alinea, Campinas.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

SCHÖRN, Raíssa Castro; MUELLER, Airton Adelar; ALLEBRANDT, Sérgio Luís. INCLUSÃO SOCIAL DE IDOSOS POR MEIO DA ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE URBANA. **Anais do Simpósio Latino-Americano de Estudos de Desenvolvimento Regional**, v. 2, n. 1, 2020.

TORRES, Mabel Mascarenhas; DOS SANTOS SÁ, Maria Auxiliadora Ávila. Inclusão social de idosos: um longo caminho a percorrer. **Revista Ciências Humanas**, 2018.